



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 16/12/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Padre João (PT - MG) - O Deputado comentou o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências, e criticou a emenda que estabeleceu teto de 2% para refrigerantes. Afirmou que havia evidências de nexo causal entre esses produtos e doenças oncológicas e renais, defendendo que quem gera danos à saúde deveria arcar com maior tributação. Citou a experiência brasileira no combate ao tabagismo, associando aumento de impostos e mudança de comportamento. Argumentou que o teto resultaria em tributação superior para a água mineral e reduziria a capacidade de enfrentar as causas das doenças. Também defendeu avanço na rotulagem, restrições para produtos infantis e maior articulação do Ministério da Saúde com o Congresso e a Fazenda.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado destacou o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, apontando o PNE como referência para o planejamento educacional do País pelos próximos dez anos. Afirmou que o plano estabeleceu metas mensuráveis e orientou a atuação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios, com foco na redução das desigualdades regionais e na garantia do direito à educação. Ressaltou que o texto previu monitoramento bienal das metas e ampliou a participação social. Informou que o PNE também organizou o financiamento da educação, direcionando investimentos da educação infantil à pós-graduação, e representou uma escolha por desenvolvimento, inovação, cidadania e ampliação de oportunidades.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências, aumentando impostos sobre produtos como refrigerantes, e afirmou que a tributação não reduziria o consumo, mas ampliaria a arrecadação e criaria dificuldades para empresas e empregos. Questionou a reforma tributária, mencionando a elevação do IVA e a centralização de recursos na União. Também disse que a votação de projetos recentes representou um voto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

de confiança ao Governo federal e citou preocupações com gastos públicos, renúncias fiscais e viagens oficiais. Relacionou o aumento de despesas ao impacto sobre juros e inflação.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado afirmou que as manifestações realizadas no último domingo em diversas capitais enviaram um recado ao Congresso e ao Senado contra iniciativas que considerou atentatórias ao Estado Democrático de Direito. Disse que a população rejeitou projetos conhecidos como Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata da dosimetria da pena. Relatou participação no ato em João Pessoa (PB) e mencionou mobilização de partidos, movimentos sociais, juventude e trabalhadores. Destacou que votou contra a proposta aprovada na Câmara e apelou ao Senado para rejeitar o texto, defendendo responsabilização por crimes contra a democracia.

Dr. Luiz Ovando (PP - MS) - O Deputado destacou a aprovação, no Senado, de Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina. Afirmou que a proposta buscou assegurar a qualificação de profissionais formados em um contexto de rápida expansão de vagas em cursos de Medicina, apontando riscos à segurança dos pacientes. Disse que o aumento de escolas não foi acompanhado de condições adequadas de formação e treinamento. Defendeu padrões de excelência e relacionou a concentração de profissionais nas grandes cidades à falta de atendimento no interior. Avaliou que a medida poderia contribuir para reduzir o número de cursos e elevar a qualidade da formação.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada chamou a atenção para a situação dos profissionais da antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, conhecidos como “sucanzeiros”, que atuaram no combate a endemias e manusearam inseticidas sem proteção adequada. Afirmou que muitos desses trabalhadores desenvolveram doenças graves e enfrentaram dificuldades de acesso a assistência médica. Destacou a Proposta de Emenda à Constituição nº 101, 2019, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a concessão de Plano de Saúde aos servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, que manusearam o inseticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano - DDT, e dá outras providências. Informou que a proposta já passou pela CCJ e aguardava votação em plenário, defendendo sua inclusão na pauta como forma de reconhecimento e reparação.

Luisa Canziani (PSD - PR) - A Deputada apresentou atualizações sobre ações no Paraná e destacou avanços em saúde e infraestrutura. Informou o andamento da construção da nova unidade do Hospital do Câncer de Londrina, com previsão de ampliar atendimentos e implantar cuidados paliativos, o que posicionaria o complexo como referência no Sul do País. Também registrou a instalação do ILS no aeroporto de Londrina



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

(PR) e mencionou esforços para novas melhorias, como a ampliação da taxiway. Afirmou que manteve atuação focada em resultados, diálogo com Municípios e articulação com lideranças locais. Ressaltou o ambiente de estabilidade no Estado e encerrou com balanço positivo do período.

José Nelfo (UNIÃO - GO) - O Deputado defendeu a regulação de leitos de UTI no SUS. Afirmou que a proposta estabeleceu prazo de 24 horas para que pacientes sem vaga em unidade pública fossem encaminhados à rede privada. Informou que o custeio ficaria a cargo do Governo Federal, diante da concentração de recursos da União. Criticou a existência de filas para acesso a UTIs e mencionou impactos sobre pacientes idosos.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado registrou homenagem pela morte de Antônio Ailton Torres de Paula, ex-Prefeito de Santa Rosa (RS) e integrante de sua equipe parlamentar. Relatou a trajetória pública do homenageado, que atuou como advogado, dirigente partidário, Vereador, Presidente da Câmara, Vice-Prefeito e Prefeito em diferentes mandatos, além de exercer funções nas áreas de educação e saúde na região. Destacou o legado político e trabalhista deixado por De Paula no Rio Grande do Sul e a relação pessoal construída ao longo dos anos. Também mencionou a família do homenageado e leu poema autoral em memória do ex-gestor, ressaltando sua contribuição à vida pública e partidária.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado debateu o impacto econômico da criminalidade no Brasil e citou estimativas de instituições como Ipea, FGV e BID, que apontaram para uma economia paralela equivalente a 15% a 20% do PIB. Mencionou operações recentes que identificaram bilhões de reais em sonegação, fraudes e crimes financeiros, destacando prejuízos ao erário e ao funcionamento da economia. Defendeu a integração de ações de segurança pública e órgãos de controle como forma de enfrentar o problema. Defendeu o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública e articulação entre polícias, Receita e Ministérios Públicos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou operações policiais no Rio de Janeiro (RJ) que colocaram em risco a comunidade e resultaram na morte de policiais, questionando a eficácia de intervenções sem planejamento territorial. Destacou a Operação Unha e Carne da Polícia Federal, que investigou o Presidente da Alerj, e afirmou que a maior parte do crime organizado no Estado estaria ligada a políticos e membros do Poder Judiciário, e não apenas às favelas. Informou que a corrupção política teria efeitos mais graves que o crime comum e alertou para tentativas de enfraquecer a Polícia Federal, sugerindo interesses de políticos em impedir investigações. Defendeu a prisão de responsáveis por crimes políticos para proteger a população e restaurar a segurança no Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado apresentou balanço de seu terceiro ano de mandato, destacando ações voltadas ao Rio de Janeiro, especialmente à cidade de São João de Meriti (RJ), de onde obteve a maior parte dos votos. Informou que destinou mais de R\$ 58 milhões em recursos diretos e indiretos, permitindo a reabertura de hospital municipal, maternidade, UPA infantil e centro de reabilitação, além de reformas em postos de saúde e construção de quadras poliesportivas e praças. Também mencionou quatro audiências públicas para tratar da duplicação da Presidente Dutra, revitalização da ferrovia da Baixada e melhorias no trânsito e infraestrutura urbana. Ressaltou seu acompanhamento direto das obras e a interação com a população, enfatizando o caráter cidadão e popular de seu mandato.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado criticou a atuação do STF em decisões que, segundo ele, teriam sobreposto às deliberações do Congresso, citando casos como a absolvição de Carla Zambelli. Questionou a autonomia da Câmara dos Deputados, afirmando que decisões importantes do País estariam sendo definidas por autoridades não eleitas. Destacou a proximidade das eleições gerais e afirmou que a população brasileira está atenta, diferenciando parlamentares que defendem interesses próprios daqueles que atuam em prol da sociedade. Concluiu apontando que é preciso retomar a autoridade legislativa e assegurar que o Congresso tenha papel central na definição de políticas e leis.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a situação da cidade de Seropédica (RJ), afirmando que, apesar de ter destinado mais de R\$ 6 milhões em emendas parlamentares, o Município enfrenta problemas graves em educação, saúde e saneamento básico. Atribuiu o caos à administração local, que prioriza interesses pessoais e negócios em detrimento da população. Declarou que continuará acompanhando a cidade e trabalhando para promover melhorias, reforçando o compromisso de fiscalizar e apoiar a população de Seropédica (RJ) em busca de uma gestão mais eficiente e voltada ao bem-estar da comunidade.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou a decisão da PGR que considerou constitucionais as leis que instituíram escolas cívico-militares no Paraná e no Rio Grande do Sul. Afirmou que a legislação estadual violava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois alterou regras sobre a gestão democrática, a consulta à comunidade e a permanência de diretores militares nas escolas. Destacou que o modelo cívico-militar remonta a 1926, lembrando que militares sem preparo adequado não deveriam atuar diretamente na educação, citando riscos para alunos e profissionais de segurança. Afirmou que a PGR se equivocou ao validar a lei e defendeu que o STF acolhesse as ações de constitucionalidade, encerrando a militarização das escolas no Paraná e em todo o Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou a parceria entre o Governo da Bahia, Prefeitos e a Câmara Municipal para obras de infraestrutura e educação. Afirmou que, em Tucano (BA), foram entregues um colégio de 12 salas, uma escola no Jorrinho e um centro de abastecimento para a feira livre, além de ordens de serviço para pavimentação asfáltica ligando povoados à cidade e ao Município de Cipó (BA). Também mencionou ações em Quijingue (BA), com obra que ligará o Município a Cansanção (BA), e em Ribeira do Pombal (BA), com pavimentação entre Boca da Mata (BA) e Feira da Serra (BA). Ressaltou que as iniciativas contaram com recursos municipais e emendas parlamentares, reforçando a colaboração entre Prefeitos, Governador e Deputados em prol do desenvolvimento local.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada destacou pesquisa inovadora de uma médica da USP de São Paulo, que utilizou um vírus sintético derivado do zika vírus para atacar células cancerígenas no tronco neural, preservando células saudáveis. Explicou que a técnica surgiu a partir de estudos sobre microcefalia em gestantes infectadas pelo vírus. Criticou a paralisação do estudo por falta de recursos, apontando que o Brasil aproveita apenas 14% do potencial de suas pesquisas. Ressaltou a necessidade de investimento contínuo e eficiente em ciência e tecnologia, valorizando os profissionais brasileiros e a importância de dar seguimento a pesquisas com potencial de cura de doenças graves, reforçando a responsabilidade do poder público com o financiamento científico.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado fez um balanço do encerramento do período legislativo de 2025, destacando avanços em áreas tributária e de segurança pública. Celebrou a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais, medida que beneficia pessoas de baixa renda, ressaltando o papel do Poder Legislativo na votação da matéria originada pelo Executivo. Na área da segurança, mencionou projeto enviado pelo Governo para combate a crimes de formação de quadrilha, fortalecendo a atuação da Receita Federal, Ministério Público, Polícia Federal e polícias estaduais. Também comentou o caso da Deputada Carla Zambelli, afirmando que a perda de seu mandato foi determinada pelo Supremo Tribunal e que o Legislativo não tem competência para revisar decisões judiciais, reforçando o papel do Parlamento na formulação de leis.

Aiel Machado (PV - PR) - O Deputado registrou a participação nas comemorações de aniversário dos Municípios de Fernandes Pinheiro e Ortigueira, no Paraná. Destacou os 30 anos de Fernandes Pinheiro (PR), agradecendo ao Prefeito Oziel, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, além de mencionar o apoio à escola Cemei. Celebrou os 73 anos do Município de Ortigueira (PR) e cumprimentou o Prefeito Ary de Mattos, o Vice-Prefeito e os Secretários locais. Ressaltou o orgulho de representar essas cidades em Brasília (DF), destacando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

a viabilização de investimentos e a aprovação de leis que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, incluindo projetos de infraestrutura e saúde, como o hospital municipal.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a valorização dos servidores públicos ocupantes de cargos de confiança (CCs), que atuam em Gabinetes, Prefeituras, Câmaras, Assembleias e nos poderes Executivo e Judiciário, mas não têm direito a indenização ao deixar o cargo. Destacou que esses profissionais trabalham anos a fio sem receber qualquer compensação financeira ao término do mandato. Propôs uma legislação que conceda indenização proporcional ao tempo de serviço, sugerindo um salário por ano trabalhado. Afirmou que é necessário reconhecer e respeitar esses servidores, essenciais para o funcionamento das instituições, e que a Casa Legislativa precisa avançar na proteção e valorização de seus próprios trabalhadores.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado criticou a atuação do Governador Tarcísio de Freitas em São Paulo, destacando que, apesar de seu histórico de privatizações, agora se apresenta como opositor de empresas privadas de serviços públicos, citando a Enel como exemplo de má prestação de serviço. Apontou que a venda da Sabesp à Equatorial resultou em água de má qualidade em vários Municípios e criticou as privatizações do metrô e da CPTM, além do aumento de praças de pedágio no interior. Afirmou que o Governo do Estado abandonou os Municípios, prejudicando Prefeitos e populações locais, e pediu maior atenção aos investimentos sociais e à produção, alertando que a situação do Estado de São Paulo se deteriorava rapidamente sob a gestão atual.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado denunciou atraso no pagamento de salários de trabalhadores da Dolp Engenharia, terceirizada da Equatorial, em Morrinhos, Goiás. Informou que os funcionários estavam há 40 dias sem receber, situação que se agravava próximo às festividades de Natal e Ano-Novo. Apelou à Equatorial para que intercedesse junto à Dolp Engenharia e garantisse o pagamento imediato aos trabalhadores, responsáveis por serviços essenciais de fornecimento de energia à população local. Registrhou solidariedade aos empregados e cobrou providências rápidas, reforçando a necessidade de responsabilidade das empresas terceirizadas com os direitos dos profissionais.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado criticou o decreto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que pretende desapropriar extensa área produtiva na Região das Missões, no Rio Grande do Sul, para criação de unidade de conservação ambiental. Alertou ainda que a medida retiraria milhares de hectares da produção de alimentos, renda e empregos, com possível ausência de indenização aos proprietários. Ao final, informou a apresentação de Projeto de Decreto Legislativo nº 1.211, de 2025, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

sustar o referido decreto até que haja discussão adequada, com escuta das comunidades locais, produtores e Municípios afetados.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado apoiou a greve por tempo indeterminado dos petroleiros, deflagrada pelo impasse nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Ademais, cobrou que a Petrobras negocie o equacionamento do déficit da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), destacando que situação semelhante ocorre na Fundação dos Economiários Federais (Funcef), vinculada à Caixa Econômica Federal, com aposentados recebendo valores irrisórios. Ao final, defendeu solução articulada no Ministério da Fazenda e criticou o uso da polícia para enfrentar a greve, sustentando que conflitos trabalhistas se resolvem por negociação.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado celebrou a transformação administrativa e urbana do Município de Cariacica (ES) sob a gestão do Prefeito Euclério Sampaio, destacando a recondução do gestor ao cargo e a entrega de obras estruturantes e a autorização para novo viaduto. Ressaltou ainda o envio de cerca de R\$ 74 milhões em recursos federais por meio de emenda parlamentar, destinados a áreas como agricultura, assistência social, cultura, esporte, infraestrutura, saúde e segurança. Ao final, destacou sua trajetória política no Município e agradeceu o apoio da população, da gestão municipal e das lideranças locais.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado saudou a posse da ex-Senadora Heloísa Helena como Deputada Federal, em substituição ao Deputado Glauber Braga. Ademais, enalteceu a trajetória política da Parlamentar, marcada pela combatividade, lealdade a seus ideais e atuação em defesa dos mais vulneráveis, afirmindo que sua chegada fortalece a bancada da Rede Sustentabilidade e suas bandeiras. Além disso, ressaltou a expectativa de um mandato voltado ao combate à desinformação e ao extremismo da Direita. Ao final, celebrou a ampliação da bancada para quatro Deputados.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada, em seu discurso de posse, manifestou solidariedade ao Deputado Glauber Braga, que teve o mandato suspenso por ter enfrentado um sistema corrupto e seletivo. Ademais, lembrou episódios de perseguição política vivenciados pela Parlamentar em mandatos anteriores, especialmente durante a Reforma da Previdência, relatando violência institucional contra Parlamentares e servidores que defendiam trabalhadores. Declarou ainda compromisso com o “Brasil real”, marcado por pobreza, violência, desigualdade racial, abandono de políticas públicas e sofrimento de mulheres, jovens e famílias vulneráveis. Além disso, condenou o Governo Bolsonaro pela condução da pandemia e pela tentativa de golpe de Estado. Afirmou também que atuará sem conciliação com o Governo Lula em medidas que favoreçam o capital financeiro, como a privatização de setores estratégicos e a entrega de terras raras. Ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

final, defendeu a ampliação de direitos sociais, a criação de observatório da execução orçamentária e a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Banco Master.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado saudou a presença, no plenário da Câmara dos Deputados, do influenciador da Direita, Pretinho, do Mato Grosso do Sul, e de Francisco Mello, de Barra do Corda (MA). Ademais, parabenizou o cantor Zezé Di Camargo pela postura coerente e corajosa ao confrontar uma emissora de televisão que atua alinhada à Esquerda e utiliza recursos públicos para fins políticos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado defendeu que a polarização política não deve impedir o reconhecimento da grandeza moral de adversários ideológicos e nem afastar o dever de respeito. Destacou que, apesar das divergências políticas em relação à Deputada Heloísa Helena, ambos compartilham valores morais. Por fim, saudou a Parlamentar por sua coerência, coragem e defesa do que considera justo.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada celebrou o retorno de Heloísa Helena ao Parlamento durante a suspensão do mandato do Deputado Glauber Braga. Destacou ainda que a posse da Parlamentar representa o fortalecimento da federação com uma liderança combativa e histórica. Ressaltou também a trajetória política comum, afirmando que a atuação de Heloísa Helena foi decisiva para a criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e valorizando sua militância atual na Rede Sustentabilidade. Ao final, manifestou sua admiração e afirmou que será uma honra atuar ao lado da Deputada nos próximos meses.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT), atribuindo aos últimos 17 anos de gestão federal a manutenção de altas taxas de juros, elevada tributação sobre o consumo e deficiências estruturais em saneamento, educação, saúde e segurança pública. Afirmou que a população manifesta insatisfação com a incapacidade do Governo Federal de promover mudanças estruturais e de modernizar políticas públicas ultrapassadas. Comparou negativamente o desempenho do Brasil ao de países emergentes como China e Índia, sustentando que o País perdeu competitividade e capacidade de crescimento. Por fim, defendeu a superação do atual projeto político em 2026 e a construção de um novo ciclo baseado em um Governo de Centro ou Centro-Direita, com foco em projeto de Estado, pacto federativo e pacto social.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado celebrou os 90 anos de emancipação político-administrativa do Município de Dourados (MS) e ressaltou sua trajetória pessoal e política vinculada à cidade. Ademais, destacou sua atuação parlamentar para a inauguração do Hospital Regional de Dourados (MS), com atendimento a 34 Municípios, a implantação da Policlínica Cone Sul, a criação do primeiro Serviço de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Atendimento Móvel de Urgência (Samu) indígena nas aldeias Jaguapiro e Bororó, a reinauguração do Aeroporto de Dourados (MS) com voos regulares e o início das obras de um novo terminal aeroportuário. Ao final, lembrou sua luta para a criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que completa 20 anos, e reafirmou seu compromisso com o Município.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado saudou a presença, no plenário da Câmara dos Deputados, do influenciador Pretinho da Direita, destacando sua atuação na entrevista ao Senador Flávio Bolsonaro. Ademais, enalteceu Francisco Mello, de Barra do Corda (MA), ressaltando sua lealdade ao ex-Presidente Bolsonaro e à ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro. Por fim, manifestou apoio à pré-candidatura de Francisco Mello à Câmara dos Deputados e dirigiu bônus e elogios aos convidados.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada celebrou os quatro anos de inauguração do Centro de Prevenção e Diagnóstico de Câncer do Estado de Rondônia, localizado em Ji-Paraná (RO), destacando sua contribuição para a implantação do Centro durante anos de mobilização e esforço. Destacou ainda que a unidade já realizou mais de 214 mil atendimentos e ocupa a primeira posição em prevenção de câncer de mama e de pele entre os Centros do Hospital de Amor. Agradeceu também a equipe técnica, citando o Diretor Guilherme Sansaloni, o médico Cristiano Carranza e o Presidente da Fundação Pio XII, Henrique Prata. Ademais, registrou a homenagem à Marleth Mackert Toneto Souza Silva, mulher que lutou contra o câncer por 18 anos, cujo nome foi atribuído à área de prevenção da unidade. Ao final, reforçou seu compromisso com a saúde preventiva e o cuidado com a vida.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado apelou à imprensa e à Polícia Federal para que investiguem o caso envolvendo o Banco Master. Ademais, relatou suspeitas sobre contrato de R\$ 129 milhões firmado pela esposa do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, bem como viagem do Ministro com advogado do banco e a posterior decretação de sigilo das operações do Banco Master. Além disso, atribuiu responsabilidade ao Governador Ibaneis Rocha pela autorização da compra de R\$ 12,2 bilhões em títulos podres do Banco Master. Apontou também a interferência do Governador no cenário eleitoral do Distrito Federal para impedir a candidatura de José Roberto Arruda. Ao final, declarou apoio público a Arruda, confirmou presença em sua filiação ao Partido Social Democrático (PSD) e afirmou que permanecerá ao seu lado, mesmo que isso implique eventual saída do Partido Liberal (PL).

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado denunciou a violência contra a mulher como problema recorrente no País, relatando que, em razão de pressões familiares ou dificuldades financeiras, muitas vítimas retiram denúncias, o que pode levar ao agravamento da violência e até à morte. Ademais, criticou a tentativa de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

constranger o posicionamento público do cantor Zezé de Camargo e afirmou que artistas, independentemente de orientação política, têm legitimidade para se manifestar, pois exercem influência sobre seu público.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado saudou a presença, no plenário da Câmara dos Deputados, dos Vereadores do Município de Sarandi (RS), destacando a atuação de Graci, Lisi e Leno. Ademais, ressaltou sua contribuição parlamentar para o Município, afirmando ter destinado recursos para áreas como saúde, hospital, infraestrutura urbana, escoteiros, pavimentação, praças, pontes e galerias, totalizando milhões de reais. Cumprimentou ainda o Vice-Prefeito Nicola e o Prefeito Debastiani. Ao final, defendeu o municipalismo, enfatizando sua experiência como Prefeito, e afirmou que a destinação de recursos a Sarandi (RS) é uma forma de retribuir o apoio recebido da população.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada defendeu a conclusão da votação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que regulamenta a reforma tributária, antes do recesso parlamentar, alertando contra destaques da Oposição que buscam limitar o imposto seletivo sobre bebidas açucaradas e ultraprocessadas, o que avaliou como prejuízo à saúde pública. Ademais, afirmou que as manifestações públicas ocorridas no domingo representaram protesto contra votações da Câmara dos Deputados e apelo ao Senado para rejeitar o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria das penas, que classificou como anistia parcial a atos contra a democracia. Além disso, repudiou o acordo político da extrema Direita em torno da proposta e elogiou o Senador Otto Alencar pela paralisação do debate no Senado. Por fim, condenou a possibilidade de renúncia de mandato por Parlamentares já condenados, citando o caso da Deputada Carla Zambelli, defendeu a perda automática de direitos políticos do Deputado Ramagem e questionou a demora para a cassação do Deputado Eduardo Bolsonaro.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou as manifestações públicas da Esquerda contrárias à anistia, afirmando que seus militantes priorizam narrativas em detrimento do debate político. Ademais, defendeu a Deputada Carla Zambelli, declarando que seu mandato havia sido garantido pela Casa e que a renúncia foi um gesto voluntário para preservar a paz institucional. Além disso, condenou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), questionando decisões monocráticas, a decretação de sigilo no caso do Banco Master que envolve denúncias de corrupção e contratos milionários, e a participação de Ministros em eventos de cunho político. Por fim, repudiou a recorrente judicialização de decisões do Congresso Nacional pela Esquerda que enfraquece o Poder Legislativo, compromete o equilíbrio entre os Poderes e pode levar à perda de legitimidade do Parlamento perante a sociedade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada elogiou as manifestações realizadas no fim de semana em todo o País, com ênfase no Rio de Janeiro (RJ), que reuniram multidões em defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito. Ressaltou que as mobilizações rejeitaram qualquer anistia a responsáveis por crimes contra a democracia, especialmente os ocorridos em 8 de janeiro de 2023, incluindo ataques ao patrimônio público e às instituições. Ademais, defendeu que não haja acordos para impedir a responsabilização dos envolvidos. Por fim, sustentou que a punição penal não representa vingança, mas garantia para que a ameaça de autoritarismo não se repita.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado denunciou o conluio entre a Equatorial Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) diante da intenção de reajustar a tarifa de energia elétrica no Amapá às vésperas do Natal. Ressaltou ainda que a Lei nº 15.269, de 2025, está em vigor e tem como objetivo garantir modicidade tarifária, segurança energética e proteção do consumidor, especialmente em Estados historicamente penalizados. Ademais, alertou para o impacto social sobre famílias que já enfrentam tarifas elevadas. Por fim, destacou que a bancada federal do Amapá atuará para impedir o reajuste e defendeu a revisão do contrato da Equatorial bem como a possibilidade de suspensão da concessão, caso a lei não seja respeitada.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador Rael Rodrigues, do Município de Irituia (PA), destacando a comemoração dos 300 anos da cidade. Informou que o Vereador esteve em Brasília (DF) para solicitar recursos públicos e declarou que destinará R\$ 1 milhão de suas emendas parlamentares para a construção de três praças no Município. Por fim, afirmou que essa destinação de recursos atende às demandas locais e elogiou o trabalho desenvolvido pelo Vereador em favor da comunidade.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que o Congresso deveria apoiar a iniciativa do Ministro Edson Fachin de instituir um Código de Conduta para a Suprema Corte, diante da perda de credibilidade do Judiciário perante a opinião pública. Citou que a proposta defendida por Fachin tratou de temas como transparência na remuneração, governança das Cortes, atuação de lobbies e conflitos de interesse, mencionando decisões do Ministro Dias Toffoli como exemplo de controvérsia. Também defendeu que a Câmara e o Senado apresentassem um Código de Ética para o STF, como resposta à interferência do Judiciário sobre outros Poderes.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada homenageou Aécio Prado Dantas Júnior pelo encerramento de sua gestão à frente do Conselho Federal de Contabilidade. Ressaltou que Aécio projetou Sergipe nos debates



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

nacionais e internacionais, conduziu a entidade em temas estratégicos, como a reforma tributária, e manteve diálogo com o Congresso Nacional e órgãos federais. Também mencionou iniciativas de caráter social, como a campanha Amor Declarado, e lembrou sua atuação em organismos internacionais, reforçando a relevância de sua trajetória para o País e para a contabilidade brasileira.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou resultados econômicos e comerciais do Governo do Presidente Lula, citando recordes na exportação e no comércio exterior. Informou que, em quase três anos, o Brasil abriu mais de 500 novos mercados em mais de 80 países, alcançando 345 bilhões de dólares em exportações e 629 bilhões de dólares em corrente de comércio. Também ressaltou a inauguração do novo prédio da Apex e o crescimento do turismo internacional, com 8,3 milhões de visitantes nos primeiros 11 meses de 2025, apontando fortalecimento da economia, geração de emprego e maior projeção internacional do País.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado criticou a paralisação, na Câmara dos Deputados, do projeto que reajustou os limites de faturamento do MEI, da microempresa e da pequena empresa, já aprovado pelo Senado e pela CCJC. Afirmou que os valores estavam defasados e que a proposta permanecia sem votação em Plenário havia quase dois anos. Responsabilizou Governo, Oposição, Mesa Diretora e Parlamento pela demora, afirmando que todos falharam ao ignorar demandas econômicas da população. Por fim, alertou para a insatisfação do setor produtivo e cobrou providências imediatas.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado afirmou que alianças eleitorais baseadas apenas no discurso de derrotar o PT não atendiam às expectativas do eleitorado conservador, especialmente na Bahia. Sustentou que a Direita amadureceu e passou a exigir compromissos concretos, não acordos oportunistas. Também avaliou como equivocada a ideia de que votos bolsonaristas migrariam automaticamente para outros candidatos e afirmou que essa base não funcionava como cheque em branco, sendo guiada por valores, organização e lideranças próprias, exigindo coerência e respeito ao legado de Jair Bolsonaro.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado avaliou o encerramento do ano legislativo como positivo, destacando a conclusão da votação da reforma tributária após mais de 40 anos, com foco em justiça social. Também citou a redução de renúncias fiscais, que poderia ampliar recursos para saúde, educação e moradia, além da aprovação do Plano Nacional de Educação com metas decenais. Mencionou ainda a votação do orçamento e a mobilização popular em defesa de pautas sociais. Por fim, apontou, para o próximo ano, temas pendentes como segurança pública, fim da jornada 6 por 1 e tarifa zero no transporte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado avaliou o cenário político na reta final do ano legislativo e afirmou que a Direita enfrentou um momento difícil, marcado por divisões internas e pelo que classificou como perseguição a lideranças保守adoras. Citou a situação do ex-Presidente Jair Bolsonaro e criticou decisões do Judiciário e ações do sistema político. Por fim, destacou a repercussão do lançamento da pré-candidatura do Senador Flávio Bolsonaro à Presidência da República, mencionando mobilização popular e grande presença nas redes sociais e na mídia.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado abordou a situação da primeira infância no Brasil e criticou a atuação do Governo Federal em 2025, apontando omissão, atrasos e falta de prioridade nas políticas públicas voltadas a crianças de zero a seis anos. Destacou que esse período, iniciado ainda na gestação, é decisivo para o desenvolvimento neurológico, cognitivo e emocional, e envolve cerca de 18 milhões de crianças no País. Também ressaltou que apenas cerca de 40% das crianças de zero a três anos frequentavam creches e que houve atrasos na garantia de livros e materiais didáticos. Por fim, defendeu políticas integradas, orçamento adequado e execução efetiva, afirmando que criança não pode esperar disputas políticas ou ajustes fiscais.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a condução da política fiscal do Governo Federal, ao afirmar que houve perda de credibilidade e descontrole das contas públicas. Citou projeções que indicaram crescimento da dívida pública para cerca de 84% do PIB, contrariando metas anunciadas no lançamento do arcabouço fiscal. Também apontou exclusões de despesas das metas fiscais, questionou a retirada de gastos do teto e criticou a regulamentação da reforma tributária, ao afirmar que resultaria em aumento de impostos. Por fim, comparou o cenário atual com o período anterior, avaliando negativamente a gestão econômica do Governo.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado apresentou dados de pesquisa da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos sobre a realidade dos caminhoneiros autônomos em 2025. Informou que o estudo, em sua terceira edição, revelou uma categoria majoritariamente masculina, com média de idade de 46 anos, marcada por jornadas extensas de trabalho, que chegam a 14 horas diárias durante cerca de 25 dias por mês. Também acrescentou que a insegurança nas rodovias apareceu como preocupação central ao lado do estudo de saúde dos trabalhadores.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado alertou para a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, da Segurança Pública, e criticou a falta de diálogo com as categorias envolvidas. Avaliou que policiais, guardas municipais e demais operadores da segurança não foram devidamente ouvidos e afirmou que nenhuma proposta terá eficácia sem a participação desses profissionais. Por fim, defendeu que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

a PEC deve solucionar problemas, e não criar novos entraves, e destacou que a segurança pública é uma preocupação nacional que afeta diretamente as famílias brasileiras.

José Nelfo (UNIÃO - GO) - O Deputado afirmou que o Congresso encerrou o ano sem votar dois projetos centrais para a segurança pública: o Projeto de lei nº 5.582, de 2025, antifacção, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, da Segurança Pública. Defendeu que o PL antifacção deveria ter sido apreciado ainda neste ano, por considerar que seu adiamento representou prejuízo ao enfrentamento do crime organizado. Também destacou a necessidade de fortalecer as Polícias Militares, investir em inteligência integrada e ampliar o orçamento e os concursos da Polícia Federal, elogiada como polícia de Estado. Por fim, cobrou a votação da PEC da segurança, alertando para a expansão do crime organizado em diversos Estados e para crimes financeiros, defendendo maior rigor do sistema financeiro e do Banco Central.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou o anúncio do novo salário mínimo para 2026, fixado em R\$ 1.621, com aumento de R\$ 103 em relação ao ano anterior. Avaliou que o valor ainda era insuficiente, mas ressaltou a retomada da política de valorização real do salário mínimo, com reajuste acima da inflação, adotada pelo Governo do Presidente Lula. Também lembrou que, nos governos anteriores, o salário foi congelado, e afirmou que a atual política beneficia cerca de 60 milhões de brasileiros, incluindo trabalhadores e beneficiários do BPC.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado retornou à tribuna para cobrar do Governo do Estado do Rio de Janeiro a recomposição inflacionária de mais de 400 mil servidores públicos. Afirmou que circulavam informações sobre a possibilidade de anúncio do pagamento e lembrou que a Assembleia derrubou vetos do Propag, permitindo a adesão do Estado ao programa. Também destacou que permaneciam em aberto parcelas referentes aos anos de 2023 e 2024, além de compromissos futuros já projetados para 2026. Por fim, apelou para que o Governador anunciasse o pagamento das parcelas pendentes, ressaltando que a medida beneficiaria mais de 400 mil famílias e garantiria amplo apoio dos servidores do Governo Estadual.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado alertou para o aumento de tensões entre os Poderes da República e criticou decisões recentes do Supremo Tribunal Federal que, segundo ele, reduziram o papel da Câmara dos Deputados. Afirmou que houve ativismo judicial e usurpação de competências legislativas, citando decisões sobre homofobia, drogas, aborto e a manutenção do mandato da Deputada Carla Zambelli, contrariando deliberação do Plenário. Por fim, avaliou que o ano legislativo terminou com desequilíbrio entre os Poderes e expressou expectativa de que, em 2026, haja autocontenção do Judiciário e atuação do Senado para restabelecer limites constitucionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Reimont (PT - RJ) - O Deputado afirmou que a semana anterior foi uma das mais tristes de seus 17 anos de atuação parlamentar, ao relembrar a retirada do Deputado Glauber Braga do plenário pela Polícia Legislativa, fato que classificou como inédito na história da Câmara. Declarou respeito aos policiais legislativos, ao atribuir a responsabilidade à Presidência da Casa. Também criticou a Mesa Diretora por não cumprir decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a cassação do mandato da Deputada Carla Zambelli, defendendo que a perda do mandato ocorresse por cassação, e não por renúncia.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado registrou a participação nas comemorações pelos 63 anos da Igreja Assembleia de Deus de Bela Aurora, em Cariacica (ES). Destacou a trajetória histórica da instituição religiosa, marcada por décadas de evangelização e por ações sociais desenvolvidas na comunidade local, no Estado e em outros países, por meio de trabalho missionário.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou preocupação com decisões do Supremo Tribunal Federal que, segundo ele, poderiam derrubar o marco temporal aprovado pelo Congresso Nacional. Avaliou que decisões do Legislativo estavam sendo desconsideradas, o que enfraquecia o papel da Câmara e do Senado. Também questionou a efetividade do mandato parlamentar diante desse cenário e defendeu a necessidade de restabelecer o Estado de Direito, com equilíbrio entre os três Poderes, para garantir o respeito às atribuições constitucionais do Poder Legislativo.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado registrou a presença, no plenário da Câmara, de um casal de trabalhadores do Município de Elias Fausto (SP). Destacou José Anderson e Telismaria, moradores do bairro Queluz, como exemplos de humildade e dignidade, afirmando que a presença deles engrandeceu a Casa.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado destacou o papel essencial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias para o funcionamento do sistema público de saúde. Alertou que muitos Municípios ainda não cumpriram a regulamentação federal do incentivo financeiro previsto para a categoria e defendeu a universalização desse pagamento como medida de justiça e valorização profissional. Também cobrou dos Prefeitos a regulamentação do incentivo, ressaltando a existência de contrapartida federal. Por fim, registrou os 72 anos de atuação da Assembleia de Deus de Alvorada (RS), reconhecendo seu trabalho social no Município.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado manifestou apoio aos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para professores da capital, após a ampliação da carga de trabalho definida pela Prefeitura. Afirmou que a medida gerou instabilidade e reiterou sua posição histórica em defesa da valorização do magistério.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Declarou que, se estivesse na Câmara Municipal, teria se posicionado contra o aumento da carga horária. Informou ainda que a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, não tinha avançado na Câmara em 2025, avaliando a decisão como uma vitória para os servidores públicos. Por fim, sustentou que a proposta de reforma administrativa afetaria principalmente trabalhadores de menor renda e defendeu respeito e valorização do funcionalismo público.

Kiko Celeguim (PT - SP) - O Deputado agradeceu o empenho do Presidente Lula na instalação de um Instituto Federal no Município de Franco da Rocha (SP), no Vale do Juquery. Afirmou que a iniciativa resultou de uma articulação iniciada em 2011 e destacou a cessão de prédios históricos pelo Governo do Estado de São Paulo para viabilizar o projeto. Registrhou também que o Governo Federal daria início ao processo de restauro e modernização das edificações, preservando o patrimônio local. Ademais, avaliou que a implantação do Instituto Federal ampliaria oportunidades educacionais, fortaleceria a formação profissional e humana de jovens e contribuiria para o desenvolvimento regional e para a qualificação da mão de obra.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado saudou a presença do Prefeito José do Mariano, do Município de São José do Vale do Rio Preto (RJ). Além disso, destacou os 38 anos de emancipação da cidade, celebrados na véspera, e registrou reconhecimento ao trabalho da atual administração municipal. Informou ainda que estaria no Município nos dias seguintes para receber título de cidadão honorário.

Iza Arruda (MDB - PE) - A Deputada destacou o reconhecimento do Município de Vitória de Santo Antão (PE) como a primeira cidade de Pernambuco certificada como Cidade Amiga da Pessoa Idosa, concedida por organismos internacionais de saúde, ressaltando a atuação da gestão municipal. Também alertou para o avanço da violência contra a mulher no Brasil, classificando o cenário como uma crise de segurança pública marcada por feminicídios e altos índices de estupro. Defendeu que o problema resultou de falhas na prevenção e afirmou que apenas o endurecimento de penas não seria suficiente. Ao finalizar, apresentou as Salas Lilás, projeto de sua autoria, como política de acolhimento humanizado e proteção às mulheres em situação de violência.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado criticou a atuação de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao afirmar que decisões recentes não garantiram a transparência esperada das investigações. Além disso, questionou a conduta do Ministro Dias Toffoli em relação ao Banco Master e defendeu apuração rigorosa dos fatos. Sustentou que o papel do STF deveria assegurar publicidade e responsabilização em casos sob suspeita. Ao concluir, declarou que eventuais irregularidades precisariam ser investigadas e que os responsáveis deveriam ser punidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado manifestou pesar pelo falecimento de Sandra Bataglin, assessora da Deputada Estadual Luciane Carminatti, e prestou solidariedade à família e à equipe parlamentar em Santa Catarina. Também registrou a visita do Ministro da Educação, Camilo Santana, ao Estado, com anúncios de novos institutos federais em Campos Novos (SC) e Mafra (SC), licitação de unidade em Tijucas (SC) e apoio à federalização da Furb no Alto Vale do Itajaí. Destacou ainda a implantação de hospital universitário em Chapecó (SC) e recursos iniciais para projetos técnicos. Por fim, ressaltou a votação do projeto sobre o novo Plano Nacional de Educação, com metas de financiamento, valorização profissional e ampliação do acesso.

Paulão (PT - AL) - O Deputado saudou a posse da Deputada Federal Heloísa Helena, destacando sua trajetória nas lutas sociais, especialmente nas áreas de educação e saúde, e registrou respeito apesar de divergências políticas. Em seguida, comentou a mobilização popular ocorrida no dia 14, em defesa da democracia e contrária a propostas associadas à anistia e à chamada PEC da blindagem. Ressaltou a presença da sociedade civil e de manifestações culturais como elementos de engajamento público. Ademais, criticou iniciativas legislativas que relativizaram ataques às instituições e ameaças a autoridades. Concluiu defendendo a responsabilização dos envolvidos e valorizando a participação popular como instrumento de proteção democrática.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada parabenizou o Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA) pelos 50 anos de atuação na saúde da mulher e do recém-nascido no Estado da Bahia. Destacou que a instituição consolidou-se como referência em neonatologia e atendimento especializado, com serviços voltados ao pré-natal de risco, ultrassonografia, planejamento familiar e reprodutivo, saúde do adolescente, ginecologia e clínica geral. Também registrou reconhecimento à diretora, Dra. Dolores, e às equipes clínica, técnica, administrativa e de enfermagem. Por fim, informou que participou de sessão especial na Câmara Municipal em homenagem ao IPERBA e defendeu a divulgação de boas práticas em saúde pública.

Welter (PT - PR) - O Deputado destacou resultados da política econômica e comercial brasileira ao avaliar que o País havia aberto cerca de quinhentos novos mercados para o agronegócio em três anos, com impactos na geração de empregos e na redução do desemprego. Afirmou que a ampliação e diversificação das exportações reduziram efeitos de taxações externas e reforçaram a importância da diplomacia econômica, com atuação de órgãos governamentais e do Presidente da República. Ademais, ressaltou que o crescimento do PIB nos últimos anos ocorreu com inflação controlada, distribuição de renda e investimentos. Por fim, defendeu o diálogo internacional sem barreiras ideológicas e a expansão das vendas externas como fatores de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado registrou a conquista de quinhentos novos mercados para produtos da exportação brasileira e avaliou que o resultado beneficiou o agronegócio e outros setores da economia. Além disso, afirmou que a ampliação das vendas externas decorreu de uma política externa pragmática, orientada pela capacidade de compra dos países parceiros e pela demanda por produtos nacionais. Também defendeu que a estratégia priorizou a geração de empregos no Brasil, ao associar cada valor obtido com exportações à manutenção de postos de trabalho para homens e mulheres. Ao concluir, destacou a superação de disputas ideológicas como fator para ampliar oportunidades econômicas e fortalecer a produção nacional.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou a atuação da Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, ao afirmar que ela havia participado de manifestações políticas com símbolos ligados ao comunismo enquanto dizia defender a democracia. Também acusou o Governo do Estado de priorizar ativismo ideológico em detrimento de responsabilidades administrativas, como o pagamento do décimo terceiro salário de servidores inativos e pensionistas. Apontou problemas na saúde pública, citando dificuldades no Hospital Walfredo Gurgel, além de falhas na segurança pública e no estado das rodovias estaduais. Também questionou decisões na política penitenciária e associou o quadro atual a um desgoverno no Rio Grande do Norte.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado afirmou que a Câmara havia avançado na conclusão da reforma tributária sobre o consumo e serviços, apontando o marco como relevante para o País. Avaliou que o sistema brasileiro concentrou arrecadação no consumo e defendeu o debate, a partir de 2026, de uma reforma sobre renda e patrimônio. Também destacou medidas adotadas no Imposto de Renda, com ampliação da progressividade e isenção para faixas de menor renda. Ressaltou ainda que o novo modelo incorporou características nacionais, como a desoneração da cesta básica e o mecanismo de devolução de impostos, visando maior justiça tributária. Concluiu enfatizando que a redução de benefícios fiscais contribuiria para o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade das políticas públicas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado parabenizou o Senado Federal pela realização de sessão em homenagem aos 200 anos do nascimento de Dom Pedro II. Em seguida, informou que não participou do evento em razão de compromissos no Conselho de Ética, mas destacou o reconhecimento ao último Imperador do Brasil como figura relevante da história nacional. Afirmou também que Dom Pedro II contribuiu para o desenvolvimento da Nação brasileira e recordou que sua trajetória foi interrompida com a Proclamação da República em 1889. Ademais, destacou o caráter histórico da sessão e a importância de preservar a memória de personagens que marcaram a formação do País.



Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado chamou a atenção da Controladoria-Geral da União para as exigências digitais aplicadas ao seguro-defeso dos pescadores do Rio Grande do Norte e do País. Ainda sobre o assunto, avaliou que a cobrança de reconhecimento facial em duas etapas desconsiderou a realidade da categoria, que nem sempre teve acesso a celulares e tecnologias digitais. Apontou ainda que a medida criou obstáculos ao acesso do benefício pelos pescadores que atuam no mar e poderia facilitar fraudes por terceiros. Ao finalizar, apresentou proposta de colônias e representantes do setor para adoção do mapa de bordo, com registro dos trabalhadores embarcados, como alternativa de controle e garantia do direito ao seguro-defeso.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou cumprimento ao Prefeito Jonas Dico, eleito em pleito suplementar no Município de Três Rios (RJ). Destacou a presença do gestor em Brasília em busca de recursos para a cidade, ressaltando que, em cerca de 60 dias de mandato, o Prefeito já havia realizado duas agendas na capital federal com esse objetivo. Também parabenizou o Município pelos 87 anos de emancipação e saudou o Vereador Flavinho, representante local. Por fim, reconheceu a dedicação da nova gestão municipal e valorizou a articulação institucional para fortalecer investimentos e atender demandas da população de Três Rios (RJ).

Zé Adriano (PP - AC) - O Deputado manifestou o desejo de realizar um discurso sobre seu primeiro ano de atuação na Câmara dos Deputados. Em seguida, informou que havia preparado um pronunciamento mais amplo e solicitou à Mesa Diretora que o texto fosse considerado lido em razão da exiguidade do tempo disponível. Indicou ainda que o conteúdo abordava indicadores do Estado do Acre e incluía reconhecimento à gestão estadual em curso.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o Governador Ibaneis Rocha, afirmando que a intenção de vender o centro administrativo do Distrito Federal para a construção de uma praça demonstrava falta de zelo com o dinheiro público. Reprovou também a destinação de recursos para clubes de futebol, sem repassar qualquer valor aos times do Distrito Federal, o que evidenciava irresponsabilidade administrativa. Por fim, declarou que a população de Brasília estaria cansada da gestão atual e manifestou apoio político a Arruda.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado elogiou as ações do Governador Carlos Brandão voltadas à mobilidade urbana e ao transporte público no Maranhão, destacando a redução da tarifa do transporte alternativo de R\$ 5,00 para R\$ 4,20, com subsídio do Governo do Estado. Ressaltou ainda a criação da bolsa transporte que garantiu passagem gratuita aos estudantes do ensino médio nas regiões metropolitanas de São Luís e Imperatriz, com o objetivo de evitar a evasão escolar. Afirmou também que, no Maranhão, não há mais meia passagem, pois o custo integral é assumido pelo Estado, e manifestou expectativa de que os



Prefeitos adotem medida semelhante para alunos do ensino fundamental, do EJA e do ensino superior. Por fim, parabenizou o Governador e sua equipe, afirmando que as iniciativas colocaram o Maranhão em destaque nacional na área de transporte público e mobilidade urbana.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado destacou a celebração de mais um ano de emancipação política do Município de Itapé (BA), ressaltando a importância da data para reconhecer os avanços, o progresso e o desenvolvimento da cidade para o sul da Bahia e para o Estado. Parabenizou o Prefeito Reinaldo das Batatas, o ex-Prefeito Naeliton, os Vereadores e os Secretários Municipais pelo trabalho realizado em favor do crescimento do Município. Afirmou ainda ter atuado em Brasília na busca por recursos e investimentos para melhorar a qualidade de vida da população local e informou que as comemorações ocorreriam nos dias 27 e 28 de dezembro, com a realização de uma grande festa que contou com recursos de seu mandato.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado parabenizou os veteranos e reservistas do Brasil, destacando a celebração do Dia do Reservista, comemorado em 16 de dezembro. Explicou que os reservistas são todos aqueles que prestaram o serviço militar obrigatório às Forças Armadas, cumprindo o dever de servir à Nação e contribuir para a defesa nacional. Ao final, estendeu a homenagem ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, citado como veterano do Brasil.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada defendeu o compromisso social de seu mandato, abordou o agravamento da exclusão social e da fome no Brasil e afirmou que, com a chegada do Presidente Lula, políticas públicas foram retomadas para retirar o País do Mapa da Fome, embora ainda persistam dificuldades. Destacou também a trajetória do Padre Júlio Lancellotti, ressaltando sua atuação histórica em favor da população em situação de rua, baseada no acolhimento e na defesa da dignidade humana, e afirmou que sua missão não se confunde com política partidária. Além disso, manifestou solidariedade ao sacerdote e criticou tentativas de silenciá-lo, inclusive medidas adotadas pela Igreja e ataques de setores da extrema direita. Por fim, anunciou mobilização para acompanhar e transmitir a missa do Padre Júlio como forma de apoio e resistência a qualquer tentativa de calá-lo.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado lembrou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro completava 25 dias preso, sustentando que a detenção seria injusta e sem acusações de corrupção ou crimes que desabonassem patriotas. Criticou o julgamento relacionado à tentativa de golpe, classificando-o como uma farsa criada para afastar Bolsonaro do poder, e lamentou a condenação de Filipe Martins e de outros envolvidos a longas penas. Declarou ainda que haveria uma inversão de valores no País, com pessoas que considerou criminosas em liberdade e um símbolo de corrupção ocupando a Presidência da República.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o Governo Federal, comandado pelo PT, acusando-o de buscar o controle da informação e de investir de forma eleitoreira cerca de R\$ 876 milhões em publicidade institucional em ano pré-eleitoral. Afirmou que o Governo tenta regular e censurar as redes sociais para impedir o acesso da população à informação e declarou que a economia estaria em piora, com aumento do custo de vida, além de apontar agravamento da segurança pública, avanço do crime organizado e crescimento dos feminicídios. Por fim, mencionou pesquisas eleitorais que indicariam bom desempenho do Senador Flávio Bolsonaro, defendendo que a população deseja mudança em 2026 e criticando o uso da máquina pública em favor de um projeto de poder.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado parabenizou os reservistas, com destaque para os de Santa Catarina e de Rondônia, ressaltando sua ligação com a Associação Catarinense de Reservistas, que reúne mais de 130 mil integrantes. Mencionou os reservistas de Lages (SC), onde afirmou ter exercido comando, e enfatizou que Rondônia conta com quase 30 mil reservistas que contribuíram com dedicação para a defesa da Nação e o serviço ao povo brasileiro.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada rebateu falas sobre segurança pública, criticando setores que celebraram ações policiais letais em comunidades do Rio de Janeiro, incluindo mortes de jovens. Afirmou que esses mesmos grupos não reconhecem operações da Polícia Federal que resultaram na prisão de políticos de Direita, magistrados e autoridades ligados ao crime organizado, em especial ao Comando Vermelho. Por fim, defendeu o enfrentamento de quem financia, sustenta e dá apoio político às organizações criminosas e afirmou que esse tipo de atuação da Polícia Federal deveria ser valorizado no plenário.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado fez um balanço do período legislativo e comparou os Governos Bolsonaro e Lula, afirmando que a gestão anterior teria promovido ampla destruição de políticas públicas existentes até 2016. Desafiou a oposição a apontar áreas do atual Governo que não tivessem avançado e destacou resultados positivos na economia, como ganho real do salário mínimo, isenção do Imposto de Renda para rendas de até R\$ 5 mil, redução do desemprego, recuperação das reservas internacionais, controle da inflação e queda no preço dos combustíveis. Afirmou também que o Governo Lula retomou a industrialização, fortaleceu a Petrobras, reativou a indústria naval, impulsionou a construção civil e reconstruiu políticas nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e meio ambiente, defendendo que, em três anos, o País teria sido reconstruído e melhorado.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado afirmou que o País encerrava o ano em clima de sofrimento ao mencionar que pessoas presas pelos atos de 8 de janeiro de 2023 permaneceriam detidas e não passariam o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Natal com suas famílias. Comparou a situação com dados de indultos, comutações de penas e saídas temporárias concedidas em anos anteriores, argumentando que haveria tratamento desproporcional em relação a esses presos, que classificou como pessoas do povo. Por fim, atribuiu responsabilidade ao Senado para corrigir a dosimetria das penas, manifestou expectativa de atuação do Senador Esperidião Amin e declarou sentir compaixão pelos envolvidos.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado manifestou expectativa pela votação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que conclui o ciclo da reforma tributária, e reconheceu o trabalho do Deputado Reginaldo Lopes na condução do tema. Afirmou ainda que a inclusão seletiva de bebidas açucaradas entre os produtos tributados foi um erro de origem do Ministério da Fazenda, não da Comissão da reforma, e alertou para a ausência de projeto de lei prometido pelo Governo para regulamentar os fundos após a extinção do IPI. Demonstrou também preocupação com os impactos dessa falta de regulamentação sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), destacando possíveis perdas significativas de receita para Municípios e Estados, especialmente do Norte e Nordeste, com reflexos diretos no financiamento da educação e na composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado chamou atenção para as dificuldades enfrentadas pela juventude brasileira para viajar e participar de competições esportivas, eventos científicos, congressos e feiras tecnológicas, o que limitaria o potencial de jovens atletas, pesquisadores e estudantes. Destacou que muitos mandatos recebem pedidos de apoio financeiro para essas finalidades e defendeu a criação da Política Nacional de Milhas Públicas, propondo o reaproveitamento das milhas geradas com passagens aéreas pagas pelo Poder Executivo. O Parlamentar argumentou que, considerando o alto gasto anual da União com passagens, essas milhas poderiam financiar a mobilidade da juventude em todo o País, ressaltando que a iniciativa não tem viés ideológico e conclamando apoio de todas as bancadas para a construção de um consenso em torno da proposta.

ORDEM DO DIA

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do substitutivo do Senado do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado encaminhou a votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado criticou o inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II do § 14 no art. 22 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado encaminhou a votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Além disso, solicitou apoio ao projeto de lei, de sua autoria, que estabeleceu a imunidade tributária para medicamentos no País.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado Federal, com vistas à sua aprovação, e, em



decorrência, do art. 181, inciso V, alínea "p" do Substitutivo do Senado Federal apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Na oportunidade, defendeu menor taxação de medicamentos, sobretudo para pessoas idosas.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 146 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo art. 174 do Substitutivo do Senado Federal, com vistas à sua aprovação, e, em decorrência, do art. 181, inciso V, alínea "p" do Substitutivo do Senado Federal apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Na oportunidade, defendeu que a legislação não fixe nomes de medicamentos, especialmente em normas que exigem quórum qualificado, argumentando que isso engessa políticas públicas, pode caracterizar *lobby* e ignora a necessidade de atualização técnica. Por fim, sustentou que a lei deve estabelecer diretrizes gerais e isenções, enquanto a definição de tratamentos deve ocorrer por meio de linhas de cuidado baseadas em critérios técnicos, posicionamento que também deve orientar o debate sobre bebidas açucaradas.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado e Relator do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), informou sobre uma redação mais adequada para o § 9º do art. 293, esclarecendo que passam a ser aplicáveis às entidades previstas no inciso XII do art. 128 os dispositivos dos incisos I, II e III do § 4º do art. 293 da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal, o que, segundo ele, elimina qualquer dúvida remanescente sobre a aplicação da norma às Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs).

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Em seguida, criticou o Governo Federal e elogiou a atuação do Relator Alfredo Gaspar na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Fred Costa (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Na oportunidade, prestou esclarecimentos sobre a matéria.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 293, sobre o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 295, sobre a tributação da importação de direitos desportivos de atletas, da Lei Complementar nº 214, de 2025, alterada pelo artigo 174 do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado fez uma reflexão sobre as Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) no futebol brasileiro, afirmando que, apesar do aumento expressivo de recursos financeiros, salários mais altos e estádios modernos após a adoção desse modelo, o nível técnico do futebol nacional caiu e os resultados esportivos não melhoraram. Além disso, lembrou que, nas décadas de 1980 e 1990, mesmo com gestões controversas e menos dinheiro, o Brasil conquistou Copas do Mundo, enquanto hoje os melhores jogadores são vendidos muito jovens para a Europa, perdem vínculo com o futebol nacional e contribuem para uma frustração recorrente do torcedor brasileiro em Copas desde 2002.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado encaminhou a votação do inciso II, § 2º, Art. 422, inserido pelo Art. 174 do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado encaminhou a votação do inciso II, § 2º, Art. 422, inserido pelo Art. 174 do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, Art. 422, inserido pelo Art. 174 do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Na oportunidade, defendeu a aprovação da reforma tributária sem ceder ao que chamou de *lobby* das grandes empresas de refrigerantes, alertando que o texto em debate cria subsídios bilionários e distorções, como dar crédito tributário a produtos açucarados da Zona Franca de Manaus (ZFM). Por fim, ressaltou a função do imposto seletivo de desestimular produtos prejudiciais à saúde.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, Art. 422, inserido pelo Art. 174 do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Na oportunidade questionou o imposto seletivo sobre refrigerantes.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado agradeceu ao povo da Paraíba e aos colegas Parlamentares pela confiança em sua escolha como novo Líder da Oposição na Câmara dos Deputados. Ressaltou o apoio de mais de cem Deputados de diversos partidos de centro e direita, bem como o apoio de cerca de vinte Senadores. Além disso, declarou que o Brasil vive um momento difícil, com tensão institucional e um regime ditatorial liderado pela Suprema Corte em conluio com o Governo Federal. Ademais, manifestou disposição para intensificar o trabalho na Liderança da Oposição e mencionou os Líderes que o antecederam, como os Deputados Carlos Jordy, Filipe Barros e Zucco, além de outros Parlamentares com os quais aprendeu durante sua trajetória. Por fim, convocou a população brasileira a não desistir e reafirmou o compromisso de lutar pela liberdade institucional do País.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências. Além disso, homenageou a ACT, os médicos Margareth Dalcolmo e Daniel Becker, e o Ministério da Saúde por atuarem em defesa da saúde pública, mas lamentou a atuação de lobistas no Parlamento.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado, como representante da Academia Brasileira, contestou Parlamentares que negaram evidências científicas sobre os efeitos nocivos do consumo de refrigerantes. Além disso, ressaltou que há ampla base científica e convidou os Deputados a lerem o estudo da pesquisadora brasileira Laura Lara Castor publicado na revista *Nature Medicine*, o qual relaciona bebidas adoçadas a 2 milhões de casos de diabetes tipo 2 no mundo.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado comentou reportagem do *Metrópoles* sobre viagem do filho do Presidente Lula em primeira classe com o Careca do INSS, investigado por envolvimento em fraudes contra aposentados e pensionistas. Além disso, afirmou que a taxa Selic está em 15% e questionou onde estão os esquerdistas que sempre criticaram os banqueiros e colocavam a culpa no Governo do ex-Presidente Bolsonaro. Ademais, acusou o Presidente do Banco Central e o Governo Federal de protegerem interesses de banqueiros, inclusive com apoio do Supremo Tribunal Federal, e declarou que o País vive um cenário de violência, injustiça social e favorecimento do setor financeiro em detrimento dos mais pobres. Por fim, parabenizou o Deputado Cabo Gilberto Silva por assumir a Liderança da Oposição e agradeceu e apoiou o Deputado Zucco, que deixou a Liderança para lançar sua pré-candidatura ao Governo do Rio Grande do Sul.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso II, § 2º, do art. 422, inserido pelo art. 174 do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado expressou preocupação com declarações recentes e outras manifestações anteriores inadequadas do Presidente da República. Ademais comparou o conjunto de falas e episódios envolvendo familiares à situação à vivida pelo ex-Presidente Joe Biden, nos Estados Unidos. Por fim, levantou questionamento sobre as condições físicas e cognitivas do Presidente para continuar governando o País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado afirmou que a Esquerda nunca se preocupou com a saúde da população, exemplificando seu histórico de defesa na legalização de drogas. Além disso, criticou o Governo Lula por impor a maior carga tributária do mundo, de 28%, transferindo o peso da dívida pública para a população, enquanto o filho do Presidente está recebendo mesada de 300 mil reais do Careca do INSS, e o escritório de advocacia da esposa do Ministro Alexandre de Moraes está recebendo, por mês, 3,6 milhões de reais do Banco Master.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados agradeceu aos Líderes partidários, ao grupo de trabalho e ao Relator Mauro Benevides pelo empenho na aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024. Destacou o protagonismo da Câmara dos Deputados, elogiou o apoio do Senado Federal e a colaboração de Deputados e Senadores, e mencionou o trabalho do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Por fim, parabenizou os Poderes Legislativo e Executivo e afirmou que o novo sistema tributário será menos burocrático, mais simples e trará eficiência principalmente para quem produz e paga impostos no Brasil.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado, na condição de Líder do Governo, afirmou que o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que acabara de ser aprovado, representa a matéria mais relevante da atual legislatura, destacando a mudança no sistema tributário após 40 anos. Reconheceu o papel dos Deputados Reginaldo Lopes, Mauro Benevides Filho e Aguinaldo Ribeiro, além do ex-Presidente Arthur Lira. Ademais, ressaltou que a reforma tributária foi votada em momentos finais do calendário legislativo e elogiou a articulação com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Por fim, declarou que a aprovação simboliza uma vitória conjunta do Governo e do Parlamento, em benefício do País.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado agradeceu a confiança do Presidente e dos Líderes da Câmara por mantê-lo na relatoria do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Ressaltou que o texto regulamenta pontos centrais da reforma tributária e afirmou que a reforma coloca o Brasil em posição singular ao isentar investimentos de tributos sobre consumo e aumentar a competitividade das exportações. Por fim, enfatizou o avanço econômico do país reconheceu o papel decisivo do Ministério da Fazenda, citando o Ministro Haddad, o Secretário Executivo Dario Durigan e o ex-Secretário Bernard Appy, além de João Nobre, como fundamentais para a construção e aprovação da proposta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado salientou preocupação apresentada pela Liderança sobre declarações do Presidente da República desde o início do Governo e levantou dúvidas sobre a capacidade de seguir conduzindo o País. Disse que o Brasil tinha papel relevante no cenário internacional e que era preciso atenção a sinais de desgaste ao longo do tempo em qualquer função pública. Comparou a situação a episódios envolvendo o ex-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e citou notícias sobre viagens de familiares e autoridades, questionando quem estaria no comando das decisões. Por fim, alertou que o País poderia estar à deriva e defendeu que partidos e eleitores passassem a refletir sobre o tema diante da proximidade das eleições.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado levantou questão de ordem com base no art. 152, § 1º, inciso II, do Regimento Interno, afirmando que o pedido de retirada de pauta de um projeto sem parecer não havia sido deliberado antes da suspensão da sessão. Disse que a Presidência havia interrompido os trabalhos por uma hora para análise do texto, e que a sessão foi reaberta em outro ponto da pauta, sem decisão sobre o requerimento. Por fim, solicitou o encerramento da sessão, ao argumentar que não havia outros itens em pauta além da matéria sem relatório.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado questionou a continuidade da Sessão ao informar que a votação de um projeto com impacto estimado em pelo menos R\$ 20 bilhões havia começado sem que o texto estivesse disponível no sistema. Disse que, mesmo após a suspensão para inclusão do parecer, a matéria seguia sem acesso para os Parlamentares. Além disso, criticou o argumento de que o conteúdo teria sido tratado no Colégio de Líderes e afirmou que a maioria dos representantes não participou dessas discussões. Afirmou que, sem o conteúdo da proposta, não era possível avaliar consequências nem se posicionar sobre a votação, e cobrou respeito ao papel do Parlamento.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado levantou questão de ordem defendendo que o Plenário só poderia deliberar com acesso ao texto da matéria e apoiou o pedido de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Afirmou que a continuidade da Sessão sem o conteúdo disponível comprometeria o debate. Por fim, alertou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

adiamento poderia impedir a discussão sobre a taxação de apostas e *fintechs*, com impacto no início de vigência da lei.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada levantou questão de ordem, fundamentada no artigo 181 do Regimento Interno, e contestou a suspensão da Sessão por mais de uma hora. Lembrou que o Regimento só permitia interrupção por falta de quórum. Disse que o Plenário seguia sem texto e sem relatório, mesmo com impacto estimado em R\$ 20 bilhões, e considerou inadequado retomar os trabalhos apenas aguardando a inclusão do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Na continuidade, criticou a condução do processo, mencionou comentários sobre distribuição de emendas e defendeu que os Parlamentares precisavam conhecer o conteúdo antes de qualquer deliberação. Por fim, pediu que a Sessão fosse encerrada.

Renata Abreu (PODE - SP) - A Deputada abordou o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD); celebrando a alteração do art. 48 na reforma tributária, que permitiu a Estados, Distrito Federal e Municípios destinarem mais de 0,05% da arrecadação do IBS a programas de cidadania fiscal. Disse que a mudança evitou a redução de políticas como a Nota Fiscal Paulista e garantiu autonomia federativa para fortalecer o terceiro setor. Além disso, ressaltou a mobilização de organizações da sociedade civil. Por fim, defendeu transparência, controle social e pediu que o dispositivo não fosse vetado.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado levantou questão de ordem, segundo os artigos 67 e 74 do Regimento Interno, no sentido de que a Sessão Extraordinária deveria se limitar à discussão e votação das matérias da Ordem do Dia, que naquele momento continha apenas uma proposição sem parecer, o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Na continuidade, disse que não havia possibilidade de deliberação sem relatório e questionou menções a temas e tributações que não constavam no texto, sugerindo falta de transparência. Além disso, criticou a insistência em manter a Sessão após uma hora de suspensão e classificou a pauta como invisível. Argumentou que a matéria teria impacto superior a R\$ 20 bilhões e que, mesmo com eventual inclusão do parecer, não haveria condições de análise. Por fim, solicitou o encerramento da Sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado manifestou preocupação com a tentativa de votar, no fim da Sessão Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento); com impacto estimado em R\$ 20 bilhões sobre o setor produtivo. Disse que a situação não condizia com a tradição do Legislativo e que não era razoável deliberar uma matéria dessa dimensão sem leitura e análise adequadas. Defendeu que a votação fosse adiada para permitir exame cuidadoso do texto e evitar decisões apressadas. Por fim, alertou para o risco de efeitos negativos sobre a atividade produtiva e reforçou a necessidade de responsabilidade na condução dos trabalhos.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado levantou questão de ordem, com base nos artigo 70 e 95, para contestar pedidos da Oposição e afirmou que a reabertura da Sessão ocorreu dentro do prazo regimental, com quórum suficiente para os trabalhos. Disse que as matérias constavam da Ordem do Dia e que não havia irregularidade na condução da Sessão. Defendeu que o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), não representava aumento de imposto, mas redução na renúncia fiscal concedida a determinados setores. Afirmou que a medida poderia gerar cerca de R\$ 20 bilhões adicionais para áreas como educação, saúde e moradia, diante de um volume anual de renúncias estimado em R\$ 600 bilhões. Por fim, sustentou a manutenção da pauta e pediu a votação da proposta, ao considerá-la relevante para o País.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado citou o art. 82, § 2º, do Regimento Interno, e levantou Questão de Ordem ao afirmar que a Sessão teria perdido validade após a interrupção de uma hora e a abertura de comunicações fora do contexto regimental. Disse que a proposta em pauta, o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), concederia ao Ministério da Fazenda ampla margem para remanejar incentivos fiscais, com impacto superior a R\$ 20 bilhões, em especial sobre operações do setor produtivo e de *fintechs*. Além disso, afirmou que o texto não trazia critérios claros para os cortes e que a votação ocorria sem debate público suficiente. Por fim, defendeu que a matéria fosse adiada para permitir análise e transparência diante dos efeitos econômicos envolvidos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado levantou questão de ordem, citando o artigo 67 do Regimento, e afirmou que, após a suspensão regimental da Sessão Extraordinária, não havia matéria disponível para discussão e votação na Ordem do Dia. Disse que o Plenário permaneceu aguardando a inclusão do texto e que, mesmo assim, foram abertos comunicados fora do objetivo da Sessão. Argumentou que não havia



conhecimento suficiente sobre o conteúdo do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Defendeu o encerramento dos trabalhos e o adiamento da votação para o dia seguinte, para permitir estudo do texto. Por fim, afirmou que a matéria poderia gerar impacto de R\$ 20 bilhões sobre o setor produtivo e pediu que a decisão ocorresse com mais transparência e segurança.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada levantou questão de ordem, com base no art. 85, § 3º, pedindo que a votação fosse adiada após a inclusão do parecer, naquele momento, ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Disse que a matéria, com cerca de 25 páginas, era complexa, criava novos dispositivos e previa aumento de tributos, sem tempo para análise pelos Parlamentares. Argumentou que o Regimento exigia condições regimentais e parecer conhecido para entrar na Ordem do Dia. Além disso, relatou clima de intransquilidade no Plenário e preocupação do setor produtivo. Por fim, defendeu que o texto permanecesse no sistema para estudo e que a deliberação ocorresse apenas no dia seguinte.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados respondeu ao apelo da Oposição e afirmou que havia suspendido a Sessão Deliberativa Extraordinária para garantir acesso ao parecer oferecido ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), e, assim, permitir debate. Disse que tinha responsabilidade sobre as matérias em votação e destacou o prazo exíguo no fim do ano legislativo, com a necessidade de encaminhar o projeto ao Senado antes do recesso e da votação do Orçamento. Além disso, informou que o texto acabara de ser protocolado, com cerca de 25 páginas, e propôs um entendimento: avançar na pauta para superar a obstrução e o pedido de retirada, proceder à leitura do parecer e abrir a discussão, deixando a votação para o dia seguinte. Por fim, afirmou que isso daria tempo para conhecimento do conteúdo.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado manifestou apoio ao pedido por mais tempo de análise antes da votação. Disse que havia incerteza sobre possíveis mudanças em temas sensíveis, como isenções tributárias para templos e entidades filantrópicas, e que não era possível saber se esses pontos haviam sido mantidos ou alterados no novo texto do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Avaliou que deliberar uma matéria dessa relevância sem conhecer sua profundidade e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

alcance seria temerário. Por fim, defendeu a concessão de prazo para exame mais detalhado do conteúdo e reforçou a necessidade de segurança e clareza antes de qualquer decisão do Plenário.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado defendeu a deliberação imediata do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), essencial para o fechamento do Orçamento. Destacou ainda o acordo firmado em reunião de Líderes, inclusive com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), antes resistente à proposta. Afirmou também que o Relator, Deputado Aguinaldo, atendeu às demandas da FPA, assegurando consenso e ausência de destaques. Por fim, ressaltou que a proposição inaugura novo modelo de tributação e busca eliminar privilégios concedidos a determinadas empresas.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado defendeu a deliberação imediata do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), esclarecendo que a aprovação da matéria é essencial para o fechamento do Orçamento e que a pauta do Senado está com várias matérias para deliberação.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado argumentou que a Federação Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) se manifesta pela deliberação imediata do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Sustentou ainda que o processo legislativo pode iniciar com a deliberação dos requerimentos para retirada de pauta, entre outros, e que as votações podem ir avançando ao longo da noite ou terminar no dia seguinte, conforme o caso.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado reconheceu o direito da Oposição de utilizar os instrumentos regimentais para adiar a votação, mas destacou que o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), vem sendo debatido há meses e trata de tema conhecido pela Casa. Ademais, considerou injustificada a postergação da deliberação e defendeu a conclusão da votação ainda no mesmo dia, por ser necessária para viabilizar a aprovação do Orçamento.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado alertou que, em razão da sessão remota, muitos Parlamentares desconhecem o teor do texto do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Ademais, criticou o aumento da alíquota dos juros sobre capital próprio, de 15% para 17,5%, avaliando que a medida encarece o capital e eleva o custo do crédito. Sustentou ainda que a tributação de fintechs e de apostas transfere o ônus ao consumidor, refletindo em preços mais altos, como energia e combustíveis. Por fim, afirmou que a aprovação do texto aumenta o custo do dinheiro, pressiona a inflação e encarece a vida da população.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou a falta de previsibilidade e de cuidado na condução de pautas relevantes, com base em análise do discurso de posse do Presidente da Câmara dos Deputados. Ademais, ressaltou que, naquele pronunciamento, a matéria tratada no Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), foi considerada como pauta essencial e solicitou que o Presidente da Casa proceda conforme o compromisso assumido.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado esclareceu que, como Líder do maior partido da Oposição, não fez pedido de votação, conforme erroneamente imputado, apesar de reconhecer o equilíbrio e razoabilidade da proposta do Presidente da Casa.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu o adiamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), alegando que o texto do Relator havia acabado de chegar. Ademais, criticou o desrespeito do Líder do Governo com a Oposição, destacando a responsabilidade da bancada com o Congresso Nacional e com o País.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado defendeu a deliberação imediata do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), começando pela votação do requerimento de adiamento da discussão. Ademais, argumentou que o debate trazido pela proposição já é antigo, lembrando que, desde 2021, durante o Governo Bolsonaro, já havia previsão de redução gradual da renúncia fiscal.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Ademais, lembrou que a deliberação da proposição vai de encontro ao discurso de posse do Presidente da Câmara dos Deputados, que defendeu crescimento econômico com responsabilidade fiscal e segurança jurídica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada levantou questão de ordem para defender o adiamento da deliberação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento), alegando que os Parlamentares desconhecem o teor do relatório da proposição e alertando para o impacto para o setor produtivo. Ademais, destacou que o acordo de Líderes não pode violar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada solicitou esclarecimentos ao Relator sobre o Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Ademais, questionou a estimativa de impacto fiscal da proposição, que passou de cerca de R\$



20 bilhões para aproximadamente R\$ 40 bilhões. Além disso, indagou se foram realizados estudos de impacto fiscal e econômico, especialmente sobre a ampliação da margem fiscal do Governo, a tributação de *fintechs* e o aumento dos juros sobre capital próprio. Alegou ainda que a ausência desses estudos viola exigência constitucional e criticou a votação sem leitura prévia do texto. Ao final, apelou ao Presidente da Casa para que não submeta o Parlamento a deliberação sem conhecimento da matéria.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado informou que as medidas em discussão sobre gasto tributário tiveram impacto estimado em R\$ 17,5 bilhões e já constavam da Medida Provisória nº 1.303, de 2025. Explicou que o texto do Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, em debate, tratou de juros sobre capital próprio, tributação de *fintechs* e apostas, com base em estudos da Secretaria da Receita Federal e em proposta aprovada pelo Senado, ainda pendente de recurso. Ao responder questionamentos da Deputada Adriana Ventura, afirmou que a tributação de *fintechs* teria impacto de R\$ 1,6 bilhão e que os juros sobre capital próprio representariam R\$ 2,5 bilhões.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados explicou que o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, em debate, tratou do ajuste de alíquotas e da redução de benefícios fiscais para contribuir com o fechamento do Orçamento. Afirmou que as mudanças alcançaram três frentes: juros sobre capital próprio, com elevação de alíquota já prevista em medida provisória e texto aprovado no Senado; aumento da tributação de *bets*; e revisão da tributação de *fintechs* conforme a categoria. Também defendeu a redução gradual do gasto tributário, que ultrapassava o limite constitucional, e ressaltou a necessidade de avaliar a eficiência desses incentivos. Ao final, informou acordo com o Senado para votar a matéria com prioridade e afirmou que a Presidência acataria a decisão da maioria.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou a condução do processo legislativo na discussão do Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, e afirmou que o problema não era votar no mesmo dia, mas a ausência de leitura e conhecimento do texto pelos Parlamentares. Declarou que não votaria sem conhecer o texto, ainda que seu Líder orientasse de forma diferente. Ao final, solicitou ao Presidente da Câmara que a votação fosse adiada para o dia seguinte.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado afirmou que a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, perdeu sua razão de existir após o Governo recorrer ao Judiciário e restabelecer o aumento do IOF, medida que havia sido derrubada pelo Congresso e não deveria mais integrar o debate legislativo. Também criticou o conteúdo do Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, em discussão, ao apontar que a proposta elevou a tributação sobre juros sobre capital próprio para 17,5%, enquanto manteve a taxação das *bets* em 15%.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Além disso, citou denúncia envolvendo o Lulinha, filho do Presidente da República, e o chamado “Careca do INSS”, defendendo a importância de uma CPMI para apuração dos fatos.

Evar Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado apresentou questão de ordem ao questionar a tramitação do Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, em debate, que altera a arrecadação sem a apresentação formal de estimativas detalhadas de impacto orçamentário e financeiro, como exige a Constituição. Afirmou que o relatório trouxe apenas anotações resumidas, sem planilhas, fórmulas ou metodologia de cálculo, o que comprometeria a transparência e a segurança do voto. Também criticou a publicação do texto enquanto ainda havia leitura em curso, apontando insegurança sobre sua versão final. Por fim, defendeu a suspensão da votação para inclusão dos dados técnicos completos.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de lei complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado alertou a base governista sobre a necessidade de quórum qualificado para a votação do mérito de projetos considerados centrais na pauta. Em seguida, afirmou que a Câmara havia concluído a segunda etapa da reforma tributária, com a constituição do comitê gestor dos tributos sobre o consumo. Destacou ainda a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que revisou incentivos fiscais, com redução limitada de benefícios, e incluiu aumento de tributação sobre setores como apostas, *fintechs* e juros sobre capital próprio. Defendeu que as medidas buscaram justiça tributária, equilíbrio fiscal e prevenção de cortes orçamentários em 2026. Por fim, ressaltou o diálogo entre Lideranças, o papel do Relator e a responsabilidade do Parlamento na aprovação de matérias estruturantes para o País.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem alegando descumprimento do Regimento quanto ao interstício mínimo de 10 minutos após a disponibilização do parecer para o início da votação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025. Argumentou que o texto foi protocolado durante a leitura e que o prazo deveria ser contado apenas após a conclusão dessa etapa.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada apresentou questão de ordem com base no art. 114 do Regimento Interno e cobrou resposta imediata e individualizada às questões formuladas durante a sessão. Afirmou que pedidos anteriores não haviam sido apreciados e que houve restrição ao direito de leitura, o que caracterizou desrespeito às normas regimentais. Criticou a apresentação sucessiva de três pareceres ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, sem tempo hábil para análise, e classificou o procedimento como uma condução inadequada dos trabalhos. Ao finalizar, solicitou que a Presidência observasse o Regimento e a Constituição, declarou não se sentir respeitada e pediu que os acontecimentos da sessão não servissem de precedente para futuras deliberações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, ao avaliar que o Brasil concedeu elevados benefícios fiscais sem controle efetivo, o que impactou negativamente as contas públicas. Além disso, afirmou que o projeto buscou estabelecer critérios para os incentivos, com foco em geração de empregos, aumento da competitividade e retorno social. Argumentou também que a redução dos gastos tributários ampliaria recursos para União, Estados e Municípios, fortalecendo áreas como saúde e educação. Destacou ainda que a proposta contribuiria para diminuir desigualdades sociais, reduzir déficits orçamentários e promover justiça tributária, inclusive com ajustes em alíquotas e alinhamento às mudanças recentes no Imposto de Renda.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado solicitou mais tempo para a votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, argumentando que ainda havia quórum baixo e que a matéria em discussão era de grande importância. Afirmou também que não seria possível votar o orçamento sem deliberar sobre os benefícios tributários, destacando as distorções geradas pelo elevado volume dessas renúncias fiscais, estimadas em cerca de R\$ 700 bilhões. Por fim, ressaltou que os recursos decorrentes dos ajustes seriam fundamentais para investimentos em áreas como saúde e educação no próximo ano e mencionou avanços em temas como juros sobre capital próprio, apostas eletrônicas e *fintechs*, defendendo a necessidade de aprovar os cortes propostos antes do encerramento da sessão.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada, falando em nome da Bancada Negra, afirmou que o debate sobre o orçamento público está diretamente ligado ao enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil, destacando que a população negra é a mais afetada pela pobreza e pela falta de acesso a políticas públicas como saúde, educação e creches. Defendeu a redução e revisão periódica dos benefícios e isenções fiscais, que classificou como excessivos, para ampliar o espaço fiscal destinado a investimentos sociais, e sustentou a ampliação da taxação sobre *bets*, *fintechs* e rendimentos do capital financeiro. Por fim, criticou setores da Câmara que priorizam interesses financeiros em detrimento do povo brasileiro e fez um apelo para que fosse encerrada a obstrução e aprovada a matéria (Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025), argumentando que votar a proposta significaria direcionar o orçamento para quem mais precisa e combater desigualdades históricas, especialmente as de caráter racial.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado encaminhou a votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Além disso, acusou o Presidente da República e seus familiares de envolvimento em escândalos de corrupção, afirmando que o chefe do Executivo seria um mau exemplo para o País. Citou investigações mencionadas pela imprensa e pela Polícia Federal envolvendo a ex-nora do Presidente, o irmão e um de seus filhos, relacionando-os a supostos casos de corrupção e irregularidades, no âmbito do MEC, de sindicatos e do INSS.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada fez um apelo aos Parlamentares para que encerrassem a obstrução e permitissem a votação do Art. 8 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, destacando a importância do tema para o País. Argumentou que a abertura de espaço no Orçamento seria fundamental para garantir direitos sociais, como saúde, educação e assistência, beneficiando toda a população, inclusive os eleitores dos próprios Deputados. Por último, afirmou que a votação não deveria ser tratada como disputa entre Governo e Oposição, mas como uma decisão em favor dos direitos do povo brasileiro, e conclamou os colegas a votarem “sim” para alcançar o quórum necessário.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente proferiu decisão sobre questões de ordem apresentadas pelos Deputados Gilson Marques e Sargento Gonçalves, que pediam o encerramento da sessão sob o argumento de que a pauta se restringiria a um único item sem parecer. Esclareceu que a Ordem do Dia continha dois projetos, sendo um deles já deliberado, e afirmou que o art. 67 do Regimento Interno foi devidamente observado. Destacou ainda que cabe à Presidência organizar os trabalhos e garantir a eficiência das deliberações, ressaltando que a ausência momentânea de parecer não obrigava o encerramento da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

sessão, pois a instrução poderia ser sanada durante os trabalhos. Ao final, indeferiu o pedido de encerramento da sessão.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados proferiu decisão sobre questões de ordem apresentadas pela Deputada Adriana Ventura e pelo Deputado Gilson Marques, que solicitavam o encerramento imediato da sessão com base no art. 181 do Regimento Interno, sob o argumento de que a sessão só poderia ser interrompida por falta de quórum durante votação. Afirmou que a interpretação desse dispositivo deveria ser harmonizada com as atribuições da Presidência, destacando que o Regimento confere ao Presidente a competência para suspender ou levantar a sessão e organizar os trabalhos do Plenário. Explicou também que a suspensão ocorreu no exercício legítimo desse poder, com o objetivo de sanear a instrução da matéria e garantir a eficiência das deliberações, e concluiu indeferindo os pedidos formulados nas questões de ordem.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados afirmou que a Casa aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Disse que o processo ocorreu por meio de diálogo e construção de consensos. Parabenizou o Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro, o autor, Deputado Mauro Benevides, e os Parlamentares envolvidos. Destacou que a proposta preservou a cesta básica, o Minha Casa, Minha Vida, o Prouni e a Zona Franca de Manaus, ao estabelecer prazo máximo de cinco anos e metas para incentivos fiscais. Afirmou que houve atualização da tributação do sistema financeiro, inclusão de fintechs, aumento do JCP e regulação do setor de apostas, com destinação de recursos à Seguridade Social.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada afirmou que as mulheres, apesar de representarem mais da metade da população, enfrentaram violência e sobrecarga no cuidado familiar e nos serviços públicos. Citou dados sobre feminicídio e anunciou a intenção de apresentar projeto para exigir a divulgação do telefone 180 em notícias sobre violência contra a mulher. Relacionou a violência à negação de direitos e ao impacto de orçamentos insuficientes em áreas como saúde, creches, assistência e educação, ressaltando que essas lacunas recaíram sobre as mulheres. Defendeu a ampliação de recursos públicos para fortalecer políticas públicas e garantir direitos às mulheres e às famílias brasileiras.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que a violência contra as mulheres representou uma responsabilidade dos homens e destacou a centralidade do enfrentamento ao feminicídio. Disse que não era possível admitir a continuidade desse tipo de violência no País. Mencionou o anúncio feito pelo Presidente da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a criação de um pacto nacional contra o feminicídio, com a participação de todos os Poderes e instituições. Avaliou que a iniciativa representou um chamado à responsabilidade coletiva e deveria ser respeitada e colocada em prática, com o objetivo de combater e erradicar a violência contra as mulheres no Brasil.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado afirmou que a Câmara avançou ao aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Destacou que novos incentivos passaram a exigir compensação obrigatória e que ajustes no texto evitaram impacto sobre pequenos empresários, ao elevar o limite do lucro presumido para empresas acima de R\$ 5 milhões. Parabenizou o Deputado Mauro Benevides Filho, o Deputado José Guimarães e o Presidente Hugo Motta pela condução do processo. Avaliou que a proposta contribuiu para a justiça tributária e defendeu novos avanços na tributação sobre renda e patrimônio.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado alertou sobre o plano apresentado pelo Partido dos Trabalhadores para um hipotético quarto mandato de Lula, classificando-o como repetição de políticas que geraram estagnação, desperdício e recessão. Criticou a ideia de um “Estado estratégista”, afirmando que o modelo do PT historicamente favoreceu interesses particulares, obras inacabadas e aparelhamento de estatais, enquanto o crescimento econômico dependia de fatores externos. Destacou que o plano promove um suposto “milagre lulista”, que considera resultado de sorte e não de gestão, e que a proposta fiscal ignora déficits e gastos públicos. Concluiu que a continuidade dessas políticas representaria risco de nova crise, prejudicando pequenos negócios e limitando oportunidades para a população, e chamou a sociedade a lutar por crescimento, liberdade e prosperidade.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada afirmou que a celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos expôs a persistência da violência contra mulheres e meninas no Brasil. Citou casos recentes de assassinatos e agressões e destacou dados oficiais que apontaram altos índices de feminicídio, estupro e violência política de gênero. Relacionou a gravidade do cenário à desigualdade de gênero e à misoginia, inclusive em ambientes digitais, e defendeu ações do poder público e da sociedade. Mencionou a importância da Lei Maria da Penha e apresentou projetos de sua autoria voltados à proteção das vítimas, à punição de agressores, ao fortalecimento de canais de denúncia e à garantia de direitos a órfãos do feminicídio.

Roberta Roma (PL - BA) - A Deputada defendeu a autonomia dos Municípios como eixo do desenvolvimento regional e afirmou que as políticas públicas se materializaram nas cidades, onde a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

população buscou serviços essenciais. Apontou que, apesar do reconhecimento constitucional, os municípios passaram a acumular responsabilidades sem recursos compatíveis, o que pressionou orçamentos locais. Defendeu um novo pacto federativo, com revisão da distribuição de receitas, fortalecimento do FPM e maior capacidade de investimento das prefeituras. Destacou que o Municipalismo reduziu desigualdades, estimulou economias locais e aumentou a eficiência do Estado. Também citou a importância da inovação, da cooperação intermunicipal e do apoio às vocações produtivas regionais, ao sustentar que o crescimento do País ocorreu de dentro para fora.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado fez um balanço do ano legislativo ao afirmar que o período foi marcado por trabalho, desafios e conquistas para o Tocantins e para o Brasil. Disse que as pautas enfrentadas e os diálogos construídos tiveram como objetivo servir à população com compromisso e respeito. Agradeceu aos colegas, às equipes técnicas, aos servidores da Casa e à população tocantinense pela confiança no mandato. Avaliou que o encerramento do ano representou momento de reflexão e renovação de compromissos com o bem comum. Ao final, desejou um Natal de paz e união e projetou um próximo ano com saúde, prosperidade e justiça social para as famílias brasileiras.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o aumento das contas de energia elétrica e afirmou que a alta afetou o orçamento das famílias, com impacto maior nos Estados do Norte. Disse que consumidores passaram a pagar mais mesmo com redução ou manutenção do consumo, em razão da vigência da bandeira vermelha e dos custos adicionais por quilowatt-hora. Citou relatos de contas mais elevadas, questionou o planejamento energético e a dependência de termelétricas, apesar do potencial hídrico, solar e eólico do País. Mencionou a alta da energia no IPCA e casos de cobranças sem consumo. Defendeu fiscalização das distribuidoras, investimentos em energia limpa e medidas para garantir tarifas compatíveis com a renda da população.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado comentou dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2024, do IBGE, que apontaram a saída de 8,7 milhões de pessoas da pobreza e de 3,1 milhões da extrema pobreza entre 2022 e 2023, embora 59 milhões ainda permanecessem pobres e 9,5 milhões na miséria. Destacou que o País registrou, em 2023, os menores níveis de vulnerabilidade da série histórica iniciada em 2012. Atribuiu o resultado ao mercado de trabalho e à ampliação de benefícios sociais, mas chamou atenção para desigualdades que afetaram crianças, adolescentes e a população preta e parda. Defendeu a geração de emprego formal, a valorização do salário mínimo, a educação e políticas sociais voltadas à recuperação econômica das famílias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 287.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/12/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado defendeu a criação de um Código de Conduta para o Supremo Tribunal Federal como medida de fortalecimento institucional e proteção da credibilidade da Justiça. Afirmou que, apesar da relevância do STF para a República, a Corte não possuía normas públicas e objetivas de conduta, o que gerou insegurança e desgaste. Sustentou que a proposta não representou ataque à independência do Judiciário, mas iniciativa para assegurar transparência, ética e autocontenção. Argumentou que regras claras sobre conflitos de interesse, relações externas e exposição pública existiram em democracias consolidadas e contribuíram para a confiança social. Defendeu que o Parlamento abrisse o debate para preservar a harmonia entre os Poderes e a segurança jurídica.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado comentou a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal que condenou, por unanimidade, cinco integrantes do chamado “núcleo 2” da tentativa de golpe contra a democracia nas eleições de 2022. Destacou que o grupo organizado, que incluía ex-dirigentes da Polícia Rodoviária Federal, assessores do Presidente e militares, atuou para manter um presidente derrotado no poder, violando direitos democráticos e usando o aparato estatal de forma indevida, especialmente contra eleitores do Nordeste. Ressaltou que as penas aplicadas foram proporcionais aos crimes, com regime inicial fechado, inelegibilidade e indenização coletiva. Também destacou a absolvição de quem não teve responsabilidade comprovada, reforçando a legitimidade da Justiça, e afirmou que a decisão representou um marco na proteção da democracia e das instituições brasileiras.

Zé Adriano (PP - AC) - O Deputado avaliou a trajetória econômica do Acre desde a crise iniciada em 2014, assinalou os impactos da pandemia na recomposição fiscal e destacou a adoção de políticas públicas voltadas a investimentos estruturantes e ao fortalecimento do setor produtivo. Além disso, apontou crescimento histórico do PIB, expansão da agropecuária, aumento das exportações, redução do desmatamento, queda do desemprego e dos índices de violência. Por fim, reconheceu a liderança do Governador Gladson Cameli e afirmou que o Estado vivenciou processo de reconfiguração econômica positiva.

ENCERRAMENTO